

FILOSOFIA POLÍTICA HOJE: Democracia para além dos partidos?

Prof. Dr. Sírío Lopez Velasco*

Resumo: O texto discute os limites da democracia representativa, sobretudo a limitação dos partidos políticos como determinantes dos processos eleitorais. Constrói uma reflexão de filosofia política que se estriba na situação atual do Brasil pós-advento da crise política vivenciada pelo governo Lula. Retoma conceitos-chaves da proposta ética e política do autor (apresentada em suas publicações referidas), à luz dos desafios situacionais.

Palavras-chave: política, democracia, partidos, ecomunitarismo.

Retomo para atualizar o tema que abordei no IV *Corredor das Idéias no Cone Sul*, realizado em Valparaíso (Chile), em 2001¹, e que retomei no VII *Corredor*, realizado em Montevidéu (Uruguai), no início de 2004². A diferença é que agora evito relembrar a minha ética argumentativa da libertação, da qual faz parte o horizonte utópico pós-capitalista que chamo de *ecomunitarismo*³. Volto a me perguntar o que vem acontecendo com o governo Lula à luz daquela perspectiva ético-utópica. Para mim essa interrogação tem a força de um balanço de vida e de sonhos, pois pertenço a um grupo de jovens (muitos deles morreram, ou foram presos

* Professor da Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), Rio Grande, RS. Texto apresentado originalmente no Grupo "Ética y Ciudadanía" no IX Simposio Internacional de la Asociación Iberoamericana de Filosofía Política, realizado em São Leopoldo, RS, de 19 a 21/10/2005. E-mail: decsirio@furg.br

¹ Ver LOPEZ VELASCO, 2001.

² Ver LOPEZ VELASCO, 2005.

³ Ver LOPEZ VELASCO, 1996, 1997, 2000, 2003a, 2003b e 2003c.

e torturados) que nos propusemos no Uruguai dos anos 1960 dedicarmos nossa existência à busca de mudanças sociais pós-capitalistas e hoje parece estar em jogo a última cartada do que possamos ver em vida dos sonhos daquela opção.

O que está em jogo é se haveremos de trair o sacrifício de todos aqueles que na minha geração (para não irmos mais longe) apostaram suas vidas (e muitas vezes perderam a aposta) por mudanças que permitam a realização de indivíduos universais solidariamente reunidos num contexto de vida que promova a saúde da natureza humana e não humana. Acontece que nossa geração de *radicais* (aqueles que querem mudar de raiz a atual ordem capitalista) ainda está na idade dos 50, em condições de tentar pesar com sua ação para que nosso futuro se pareça mais à semeadura dos novos horizontes apregoada pela Cuba de Ernesto Guevara, do que ao medroso reformismo derrotista da social-democracia européia (incluindo seus porta-vozes filosóficos mais lúcidos, como Habermas e Apel), definitivamente adaptada aos limites do capitalismo e nesta sua fase decadente, renunciando inclusive ao chamado Estado de bem-estar social. Tenho dito que como muitos daqueles que nos iniciamos nas lutas políticas nos anos 1960, aprendi com o tempo que não há uma oposição a-dialética (uma “falsa oposição”, a chamaria Carlos Vaz Ferreira na sua *Lógica Viva* (1910) entre *revolução e reforma*, porque as reformas podem preparar a revolução e porque *a revolução* (entendida como “tomada do poder do Estado” por uma proposta econômico-político-cultural até então não hegemônica) deve ser seguida por reformas incessantes se se quiser evitar o fim lamentável que Paulo Freire já vaticinara para a URSS em 1970 na sua *Pedagogia do Oprimido* (1970) e que se fez realidade brutal na franca adoção do capitalismo na ex-URSS e no chamado “campo socialista” europeu depois de 1989. Mas agora me pergunto, à luz da experiência concreta que estamos vivendo no Brasil do governo Lula, se não é hora de recuperarmos as preocupações de Ernesto Guevara⁴ sobre a vinculação entre objetivos táticos e estratégicos, para pensarmos o presente e o futuro.

Creio que Guevara exagerou quando, ao falar de certas “colinas táticas”, julgou que não tinham “o mínimo valor” (em concreto, a constituição e a legalidade burguesa, o parlamento, a libertação de um dirigente popular, a greve reivindicativa legal); de fato a dialética entre reforma e revolução pode conceder-lhes algum ou inclusive muito valor, segundo as circunstâncias de cada momento histórico. Nesse sentido, defendi inclusive a importância que pode ter a contribuição de represen-

⁴ Ver Tática y estrategia de la revolución Latinoamericana, en Verde Olivo, 02/10/1968. In: GUEVARA, 1970, p. 493-506 – em especial p. 505.

tantes parlamentares e a utilidade de se aprovar certas leis ou medidas judiciais de interesse popular⁵.

Creio também que pode se acusar Guevara de não ter reconhecido cabalmente que a democracia burguesa é um momento da realização histórica do indivíduo universal, com seus direitos de liberdade de religião, de pensamento, de reunião-organização, a liberdade de orientação sexual, de viajar, além de outras mais específicas como a liberdade de cátedra; a partir desses méritos e contando-se com a lucidez e firmeza do militante de horizontes revolucionários poderia parecer ridículo o temor genérico de Guevara em relação à participação no “jogo político do estado burguês”; no entanto, havermos de ver, no que segue, que as coisas não são tão simples assim. Na minha *Ética argumentativa da Libertação*, além de ações educativas e comunicativas nas esferas erótica, pedagógica e ecológica⁶, na área política e desde uma ótica sócio-ambiental ecomunitarista⁷, anotei algumas formas de ação que, sem romper com a legalidade burguesa, são instrumentos táticos, de curto prazo, da aspiração ecomunitarista, cujo prazo é indefinido; citei ali a ação com comunidades de bairros marginais e/ou vítimas de agressões ambientais, os Sistemas Locais de Emprego e Intercâmbio (LET's), as redes solidárias de economia de sobrevivência paralela-alternativa; e não me esqueci dos sindicatos e partidos (desde que mantivessem o rumo ecomunitarista, se democratizassem no seu funcionamento e impedissem a eternização de seus dirigentes nos seus cargos) e inclusive resgatei o papel dos “Bancos Éticos” e do “consumo crítico”⁸. Junto a elas citei ações que rompem com a legalidade burguesa pontualmente e que, ao que parece, Guevara não levou em consideração, como as ocupações de terra, edifícios públicos e/ou lugares ameaçados de usurpação cultural ou catástrofe ecológica⁹, e as ações diretas a cargo de organizações (como as realizadas periodicamente em diversas partes do mundo por Greenpeace). Por outro lado, e já coincidindo com Guevara, incluí também ações de propaganda armada (como as realizadas pelo Movimento de Liberación Nacional Tupamaros no Uruguai dos anos 1960 e 1970), excluindo (como, aliás, o fez também, expressamente o MLN) as ações de caráter terrorista, ou seja aquelas cujas vítimas são pessoas não beligerantes.

⁵ Cf. LOPEZ VELASCO, 2000, Cap. 4, Segunda Parte e 2003b. Ver também a lei de propriedade de terrenos em bairro carente e a decisão judicial de indenização de pescadores afetados por crime ambiental.

⁶ LOPEZ VELASCO, 1996 e 1997, 2003b e 2003c.

⁷ LOPEZ VELASCO, 2000, 2003 e 2003c.

⁸ Ver LOPEZ VELASCO, 2000, Cap. 4, Segunda Parte. e 2003b.

⁹ Como as realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Semi-Terra, MST, no Brasil e os movimentos do ecologismo popular na Índia. Cf. LOPEZ VELASCO, 2000, Cap. 1 e 2003b.

Ora, hoje se impõe revisar a situação e o futuro (ou falta de futuro) da ação partidária, à luz da experiência do governo Lula. A confusão entre o tático e o estratégico, assim como a tragédia que pode provocar a perda do sentido estratégico da ação, que são os aspectos medulares das observações de Guevara às quais fazíamos antes referência, parecem estar no coração mesmo da encruzilhada atual da esquerda no Brasil (e na América Latina, para não dizer no mundo todo); e esclareço que quando digo “esquerda” me refiro à tendência plural dos que aspiram a uma sociedade pós-capitalista onde se faça possível a realização do indivíduo universal porque tem sido superada a exploração e a dominação entre seres humanos e também se detenha-reverta a atual devastação praticada contra a natureza não-humana. Apontamos como méritos do PT brasileiro a adoção (mesmo que mexendo só em 5% do orçamento) do “orçamento participativo” em Porto Alegre (por certo não aplicado por Lula a nível nacional), e ao governo Lula podemos reconhecer o mérito da unificação dos programas sociais anteriormente existentes (em especial através do programa “Fome Zero”) e alguns acertos na política exterior (apesar de ‘vacilos’ e posições criticáveis) de tipo latino-americanista e terceiro-mundista.

Mas, a política econômica de Lula tem estado muito abaixo se não claramente em contradição com as expectativas de mudança de signo popular apontando ao socialismo, que era a meta indicada pelo PT na sua prédica desde sua fundação, em 1980. Desde seu início, o governo Lula, em franca postura continuista da política de Fernando Henrique Cardoso, priorizou a realização de um significativo superávit primário (situado em 4,25% do PIB, além do exigido pelo FMI) destinado a pagar pontualmente a dívida pública externa, o controle da inflação (aplicando altíssimas taxas de juros) e o arrocho dos salários públicos e aposentadorias como forma de “equilibrar as contas e promover o equilíbrio fiscal”; o preço é sempre o corte dos gastos sociais em educação, saúde, moradia, meio ambiente, segurança, fazendo com que a desigualdade social no Brasil permaneça uma das piores do mundo. Como já o tinha feito FHC, o governo Lula apresenta, como triunfos obtidos, números que nada dizem ao dia-a-dia da enorme maioria dos brasileiros, a saber, a queda do “risco país” e os recordes de exportação e da arrecadação fiscal.

Mas, depois de, em julho de 2005, estourar o grande escândalo do esquema de uso de dinheiro sujo pelo PT (incluindo dirigentes muito participativos no governo Lula) e por quase todos os partidos com representação parlamentar, além das expulsões e abandonos do PT, fizeram-se indispensáveis profundas revisões do rumo a seguir por aqueles que mantêm aspirações pós-capitalistas, colocando so-

bre a mesa as decisivas questões de metas, estratégia e tática, aludidas por Guevara. A primeira delas é saber se não esperávamos peras do limoeiro. Me explico. Apesar de sua retórica socialista e seu apoio ao outro mundo possível do Fórum Social Mundial, o PT veio construindo, desde os municípios, passando pelos Estados e, principalmente no Parlamento depois do triunfo de Lula (que assumiu sem maioria parlamentar) um arco de alianças com forças de centro-direita e mesmo de direita 'tout court' que não presagiava nenhuma transformação profunda do capitalismo (resguardado pela legislação vigente); mas nada tinha dito o PT na sua prédica sobre essas circunstâncias. Assim coloca-se a pergunta: o que pode-deve fazer uma força política de aspiração pós-capitalista que alcança o governo por via eleitoral sem contar com maioria parlamentar? Lembre-se que Allende, colocado nessa situação, impulsionou a reforma agrária começada timidamente pelo anterior governo da Democracia Cristã, nacionalizou o cobre e inclusive, por pressão dos seus trabalhadores, algumas empresas médias, e conseguiu passar dos 33,6% dos votos com que foi eleito a 42% na eleição parlamentar realizada em 1973. Vendo esse último resultado, a direita e os EEUU decidiram que era hora de implementar o sangrento golpe de 11 de setembro de 1973.

Por outro lado, a realidade agora escancarada de que no Brasil não há campanha política eleitoral de candidatos e partidos "com chance de ganhar" sem uso de dinheiro sujo, e vistas as alianças questionáveis que impõe o jogo parlamentar que visa obter vitórias para projetos (inclusive modestos), cabe perguntar se é uma solução a posição dos que, desiludidos, formaram ou se propõem a formar "o" novo partido, afirmando que "esse sim será de esquerda e livre das traições". Se levarmos a sério o acontecido sucessivamente com os partidos socialistas, comunistas e agora com o PT (nos quais não se pode acusar de traição todos os respectivos dirigentes) parece que essa resposta é insuficiente e periga deparar aos seus adeptos as mesmas decepções que antes causaram aos seus os PS, PC e PT.

Cabe questionar, nas condições citadas, a própria estratégia de uma ação legal e parlamentar que aponta a subir passo a passo desde o governo do município até o governo do país. O que queremos colocar não é um simples exercício de política-ficção pessimista, mas a demanda de uma séria reflexão de teoria política, que não pode obviar o fato de que as mudanças reais que inauguraram as únicas duas experiências latino-americanas que desde posições de governo proclamam objetivos pós-capitalistas, a saber, Cuba e Venezuela (embora com passados muito diversos), NÃO seguiram esse caminho (como tampouco o tinha feito a experiência, depois fracassada, da Nicarágua sandinista).

Outra questão: a crise da democracia representativa (em especial da burguesa) é hoje mundial, pois constata-se que os “representantes” não representam os supostos “representados”. Na França, em programa de TV realizado em meados de 2005, um painel que reunia desde o jurista Raymond Barre, ex-primeiro ministro, até socialistas e representantes da esquerda lúdica, concluiu que a democracia francesa está esgotada; na Espanha, a falta de representatividade ficou patente quando Aznar enviou tropas ao Iraque, apesar da oposição de 90% dos seus compatriotas (os mesmos que lhe impuseram a derrota eleitoral quando tentou esconder a relação daquele gesto com os atentados em Madri, em março de 2004); no Uruguai, o povo, se auto-convocando em Plebiscito em 2003 (que a Constituição aceita quando resulta de um abaixo-assinado de no mínimo 25% do corpo eleitoral), impediu a privatização da empresa refinadora de petróleo e produtora de cimento (ANCAP), previamente autorizada pelo governo e o Parlamento dominados pela direita.

A experiência do “orçamento participativo” praticado pelo PT em Porto Alegre, pode servir, ampliada, para incentivar a prática da democracia direta plebiscitária (muito viável via Internet) para grandes questões como as relativas às prioridades orçamentárias nacionais, ao pagamento ou não (e sua forma) da dívida pública externa (que poderia ser trocada, pelo menos em parte, por investimentos maciços em educação, saúde e moradia popular), a renovação ou não dos acordos com o FMI, a entrada ou não na ALCA (ou pelo contrário, a adesão à ALBA, promovida por Venezuela e Cuba), etc. Essa prática da democracia direta inscreve-se no horizonte ecomunitarista e protagoniza fatos que modificam rumos (como ocorreu com o plebiscito antes citado), coisa que não conseguiram nem os girotondi da Itália, nem as revoltas anti-capitalistas recentes por ocasião da reunião do Grupo dos 8 ou do Banco Mundial ou do FMI (como as ocorridas em Gênova e Seattle).

Outra experiência de democracia direta, com ação durável no tempo, é a realizada pelos cidadãos em inúmeras “redes”, criadas por ONG’s, voltadas para as causas ambientais, das minorias étnicas, do feminismo e pela solidariedade internacional, dentre outras. A “rede” legítima depende da iniciativa de cada um dos seus membros e não aceita diretriz que não resulte do consenso horizontalmente construído com base na inter-comunicação livre; por outro lado, é descentralizada, não tem dirigentes permanentes e cada membro é livre de entrar e sair dela quando quiser, num processo permanente de re-construção da rede.

Outra questão muito séria: o PT alentou, desde sempre, uma postura sindical reivindicativa que clamava por aumentos de salários e atribuía à falta de vontade

política da direita, amarrada nas suas prioridades aos interesses do empresariado, a ausência ou insuficiência dos aumentos salariais tanto a nível público como privado. Por outro lado, o PT se apresentava como capaz, por sua integridade e disciplina, de pôr ordem nas finanças públicas, corroídas pela corrupção. Ora, esse discurso cai por terra com a sua política econômica e, no que diz respeito ao último aspecto, com o escândalo financeiro de 2005. A sua experiência de governo parece mostrar que, ou não é desejável nem possível se manter o “equilíbrio” capitalista das contas quando de verdade a gente se propõe a atender as urgências sociais num país com índices de miséria tão alarmantes e com salários tão baixos para o conjunto dos funcionários dos setores chave da saúde e da educação, ou que a política reivindicativa alentada pelo PT na oposição era simplista e/ou demagógica se se pensava em governar com efetivo controle do equilíbrio das finanças públicas dentro da política macro-econômica neoliberal herdada e que não foi mudada em nada essencial.

Mas, essa alternativa traz novamente à luz a crítica de Guevara, pois a escolha passa, nesse caso, por redefinir a meta e a estratégia. Se a meta é o pós-capitalismo, pode a esquerda governar aceitando os ditames macro-econômicos do FMI e dos EEUU? Se a meta é o socialismo, pode a esquerda alentar a postura reivindicativa, que sem considerar a realidade espartana de Cuba depois de mais de 40 anos de revolução, faz do aumento salarial o leitmotiv da ação sindical? Não deveria a esquerda, sem deixar de brigar pelo salário no capitalismo, desde já e em nome do pós-capitalismo, assumir decididamente o paradigma da frugalidade cooperativista-ecológica que discute as “necessidades” a partir do prisma da “qualidade de vida” definida por parâmetros sócio-ambientais baseados nas três normas da ética argumentativa?¹⁰ Nesse ponto vale a pena colocar a decisiva questão da abolição do salário, já hoje vigente em alguns LET’s e outras atividades cooperativas. Por último: até onde e até quando pode a esquerda se ater aos limites da legalidade burguesa vigente sem trair seu horizonte pós-capitalista?

Nas respostas a essas perguntas está em jogo a defesa ou a renúncia explícita a qualquer aspiração pós-capitalista coerente e a adoção do paradigma neosocialdemocrata europeu decadente (ou seja o que aceita o fim do estado de bem-estar social), do qual faz parte uma nuance superficialmente ecologista. Se a opção é a da renúncia, então, sim cabe pleitear melhoras salariais ad-infinitum e se preocupar com o “equilíbrio” capitalista das finanças públicas do Estado atual e com o

¹⁰ Ver minhas convergências e divergências com diversas correntes do movimento ambientalista em LOPEZ VELASCO, 2000, Cap. 1, e 2003b.

respeito pelas decisões de juízes que representam os interesses do empresariado. Assim se esclareceriam as águas e sofreriam menos alguns velhos e jovens militantes que vêem governos de esquerda repetir os mesmos argumentos de recentes governos de direita quando se trata de negar recursos para atender às necessidades urgentes das fontes de renda, da saúde, da educação, da habitação e da política ambiental.

Lula poderia argumentar que seu partido não contava com maioria parlamentar e que isso o obrigou a fazer concessões. Mas, a questão que se coloca é de saber se Lula, antes ou depois da posse, não tinha aberto mão do horizonte pós-capitalista, e também a de se estabelecer o limite entre concessões razoáveis e o simples abandono-traição dos objetivos estratégicos com ações opostas a eles. Somente a esse custo Lula conseguiu ganhar, até o início do escândalo financeiro de 2005, a adesão da grande imprensa (que no capitalismo de hoje e para o controle da cabeça dos cidadãos, é sim o “quarto poder” na mão dos capitalistas, junto com o econômico, o político e o militar). Se, pelo contrário, se pretende honrar as pretensões pós-capitalistas da esquerda, creio que a pergunta se coloca nos seguintes termos: toda a experiência do governo Lula não obriga a concluir que as expectativas de mudanças sociais profundas e duradouras não podem depender mais da via partidária e que o olhar deve se voltar para outras alternativas (como o foram, nos seus respectivos contextos as seguidas por Cuba e por Chavez na Venezuela)? Isso não quer dizer que se coloque essas alternativas no lugar de toda outra forma de ação transformadora, mas sim como as que fazem a diferença qualitativa na tentativa de superar o capitalismo.

Penso que há de se aprofundar, à luz de nossas três normas éticas a questão da dialética entre revolução e reforma, e os termos de “revolução” e “poder”, que caíram em desuso em boa parte da nossa esquerda (seguindo o acontecido na Europa). O “poder” não se reduz ao do Estado e há que se considerar as instâncias de sua expressão “micro”, como o notou Foucault. Mas, acontece que há indivíduos e grupos que decidem e outros que não o fazem e, precisamente nisso (contrariando a primeira e a segunda norma da Ética, para aqueles que não podem decidir), consiste o “poder”, o qual não é uma coisa, mas uma relação, exatamente a que medeia-constitui “decididores”, de um lado (chamados “tomadores de decisão”), e não-decididores, do outro lado. Creio que hoje há indivíduos e grupos, representantes de certos segmentos sociais articulados em alianças (não isentas de contradições) que decidem (na economia, na política e na cultura) e outros que não o fazem, contrariando-se assim a primeira, a segunda, e, muitas vezes também,

pelas conseqüências ecológicas das decisões tomadas, a terceira norma ética. Nesse contexto a “revolução” pode ser redefinida como sendo o processo de fazer com que a grande maioria, que hoje não decide, passe a decidir. Para que isso aconteça, as possibilidades, pelo menos em teoria, seriam duas: 1) os que hoje não decidem passam a fazê-lo tirando os “decididores” de sua função decisória; e, 2) os que hoje não decidem acessam a possibilidade de decidir, somando-se aos que a exerciam com exclusividade. No que diz respeito à economia e à política, a história indica que tem havido “revolução” quando ocorreu a primeira dessas possibilidades e creio (haveria de se aprofundar o debate sobre isto) que hoje ainda é válida essa opção. Par outras esferas, como a erótica, a pedagógica e, em parte a ecológica, a segunda opção não é só possível, mas desejável a partir das três normas da ética, e já aconteceu (a família autoritária e muitos tabus da sexualidade foi transformada depois de maio de 1968; no Rio Grande do Sul os alunos e pais votam para eleger os diretores das escolas estaduais; e em várias ocasiões, no Brasil, com a mobilização de comunidades diversas, já se tem conseguido co-gerir questões ecológicas relevantes).

Se a “democracia” é entendida agora, não como “governo do povo”, mas como “ordem na qual a maioria decide”, então ver-se-á que “revolução” combina com democracia, pois, tanto na primeira como na segunda possibilidade antes anotada, passa a decidir mais gente daquela que antes o fazia. Mas, há de se ir além da “democracia burguesa” quando saltam à vista os limites que impedem avançar para além do horizonte capitalista? A questão remete para essa “alternativa além dos partidos e da via eleitoral” que mencionávamos, e ela é seríssima, tanto teórica como praticamente, porque sabemos que muitas vidas estão em jogo. Um dos momentos da resposta consiste em pensarmos se serve a criação de um novo partido de esquerda (uma vez constatada a ineficiência dos existentes para superarmos o capitalismo). **SERVE CRIAR NO BRASIL UM NOVO PARTIDO DE ESQUERDA PARA A DISPUTA ELEITORAL?** Se o objetivo é o pós-capitalista (com o ecomunitarismo como guia), a experiência nacional e mundial nos permite formular as seguintes hipóteses de resposta (negativa).

1. Não, porque no Brasil ficou demonstrado, em 2005, que as chances de grandes conquistas eleitorais (a nível estadual, federal e parlamentar) dependem do poder econômico (leia-se, do dinheiro sujo, vinculado ao empresariado e à corrupção).

2. Não, porque o jogo das alianças com o centro e a direita, assim como as mordomias dos cargos eletivos, leva a um desgaste progressivo do compromisso pós-capitalista (e muitas vezes à pura e simples capitulação face ao capitalismo).

3. Note-se que, por sua vez, os partidos trotskystas que mantiveram um discurso operário-socialista conseqüente, negaram-se a qualquer aliança com a direita e não usaram dinheiro empresarial e/ou da corrupção, NUNCA obtiveram, em nenhum lugar do mundo, resultados eleitorais capazes de colocá-los no governo.

4. Lembre-se que pesquisa de agosto de 2005 revelou que 49% dos brasileiros considera que não há (21%) ou não conhece (28%) nenhum político honesto, e que outra pesquisa mostrou que as entidades políticas são as que gozam de menos credibilidade, abaixo de outras da sociedade civil como as igrejas e a Ordem dos Advogados, por exemplo.

Os políticos e o Legislativo (o Executivo e o Judiciário tampouco escapam) gozam de péssima fama. Daí, por que, lutando na perspectiva pós-capitalista (ecomunitarista), querer ocupar hoje, através da disputa eleitoral, cargos eletivos tão desprestigiados? Assim, considerando (na ótica ecomunitarista) as advertências de Guevara, as experiências de Cuba, Allende, Nicarágua e Venezuela, constando a ineficiência e insuficiência para lutar pela superação do capitalismo, por um lado, tanto do PT, como, por outro, dos pequenos partidos de discurso operário-socialista que nunca chegam a 10% dos votos (como o PSTU e o PCO no Brasil) e que são usados pela burguesia para dizer “vejam como nossa democracia é tão inclusiva que até os ‘radicais’ têm lugar nela”, e verificando então a sem-razão de criar um novo partido eleitoralista de esquerda (como o PSOL, condenado ficar em 3º ou 4º lugar na eleição presidencial de 2006 e a agir nos mesmos limites que os PS, PC e PT), recoloca-se a pergunta: que fazer? Acredito que a ação em redes e a política da democracia pelbiscitária (incluindo o uso da Internet) é pelo menos parte da resposta, como também o é a educação ambiental ecomunitarista formal e informal¹¹ enquanto práxis crítico-transformadora. Mas, a resposta ainda está incompleta.

¹¹ Cf. LOPEZ VELASCO, 2003b.

Referências Bibliográficas

AUSTIN, J.L.(1962). *How to do things with words*. London: Clarendon Press. Cito a edição da Oxford University Press, London-New York, 1984.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GUEVARA, E. *Obras: 1957-1967*. La Habana: Casa de las Américas, 1970, 2 Tomos.

HABERMAS, J. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Neuwied: H.Luchter hand, 1962.

LÓPEZ VELASCO, S. *Ética de la producción*. Campo Grande, MS: CEFIL, 1994.

LÓPEZ VELASCO, S. *Ética de la Liberación* (Vol. I: Oikonomia, 1996; Vol. II: Erótica, Pedagogia e Individuologia, 1997). Campo Grande, MS: CEFIL.

LÓPEZ VELASCO, S. *Ética de la Liberación* (Vol. III: Política socioambiental ecomunitarista). Rio Grande, RS: EDGRAF, 2000.

LÓPEZ VELASCO, S. Ética, utopia e reformas: a encruzilhada atual. *Perspectiva Filosófica*. Recife: Ed. UFPE, vol. VIII, nº 15, jan-jun 2001, p. 53-66.

LÓPEZ VELASCO, S. *Fundamentos lógico-lingüísticos da ética argumentativa*. São Leopoldo: Ed. Nova Harmonia, 2003a.

LÓPEZ VELASCO, S. *Ética para o século XXI: rumo ao Ecomunitarismo*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003b.

LÓPEZ VELASCO, S. *Ética para mis hijos y no-iniciados*. Barcelona: Ed. Anthropos, 2003c.

LÓPEZ VELASCO, S. La ética argumentativa de la liberación, el Corredor y el cambio social en Brasil y Uruguay. In: FUENTE, J. de la; ACOSTA, Y. (Coord.). *Sociedad civil, democracia e integración*. Santiago de Chile: Ed. UCSH, 2005.

MANCE, E. *A revolução das redes*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, K. (1864-1894). *Das Kapital* [3 Bände]. Frankfurt-Berlin: Ullstein, 1969. *El Capital*. La Habana: Ed. Pueblo y Educación, 1973 e 1983.

VAZ FERREIRA, C. (1910). *Lógica Viva*. Montevideo: Ed. Barreiro y Ramos, 1920.